

O TRABALHO DOCENTE NO PERÍODO DA PANDEMIA: CONDIÇÕES E PRÁTICAS AUTORREIFICANTES

Tatiane Mena Silveira Melgares - Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Resumo

Diante do contexto pandêmico que propagou-se rapidamente no mundo, recentemente nos anos de 2020 e 2021, e reconfigurou o trabalho de vários segmentos da sociedade, esta pesquisa aborda sobre algumas orientações que vigiram o trabalho docente durante um dos períodos da pandemia, o ano de 2020, em dois estados do sul do Brasil. O objetivo da pesquisa é discutir as condições do trabalho docente no período da pandemia da COVID-19, analisando as adaptações e práticas que fortificaram o processo de autorreificação dos professores. A perspectiva teórica da pesquisa baseia-se na abordagem sobre a Reificação, segundo o filósofo contemporâneo Axel Honneth. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, implementada através do mapeamento de orientações enviadas às escolas da rede pública de ensino dos dois estados brasileiros. Foi feita a análise do fluxo dessas orientações, nas quais foram identificadas duas categorias de analíticas. Ao final, compreendeu-se que o diagnóstico da autorreificação foi recorrente no período pandêmico e reconfigurou o trabalho docente de forma profunda.

Palavras-chave: Autorreificação. Docência. Pandemia.

Introdução

Diante da pandemia da COVID-19 que surgiu no Brasil em 2020 que atingiu todos os segmentos da sociedade, o contexto das escolas foi reconfigurado e sobrecarregado com diferentes orientações para se manter em funcionamento, desde o seu espaço físico até as condições e práticas a que os professores foram submetidos.

Em julho de 2020, o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais publicou um relatório técnico apontando os problemas da educação básica e a precariedade de várias escolas, evidenciados no contexto da

pandêmico, que acabou dificultando a busca de alternativas para o enfrentamento da pandemia e o retorno às atividades presenciais (GESTRADO, 2020, p. 22).

Dentre as alternativas e orientações indicadas para a manutenção do funcionamento das escolas, tivemos o Ensino Remoto que se manteve vigente por cerca de dezesseis meses. Conforme Schlemer e Moreira (2020, p. 08), essa modalidade de ensino configura-se como distanciamento geográfico de professores e estudantes. Além das orientações para o Ensino Remoto, as escolas receberam outras, em relação aos cuidados, monitoramento e prevenção para a COVID-19, e assim, a manutenção do trabalho docente foi estendida ao longo da pandemia.

Perante esse contexto, nesta pesquisa proponho uma discussão sobre essas reconfigurações, que durante um determinado período pandêmico, impactaram e impulsionaram um processo de aprofundamento da crise do trabalho docente que pode ser compreendido a partir do diagnóstico da autorreificação. Em vista disso, nesta pesquisa tenho como objetivo discutir as condições do trabalho docente no período da pandemia da COVID-19, analisando as adaptações e práticas que fortificaram o diagnóstico da autorreificação dos professores.

A metodologia utilizada partiu de uma pesquisa documental com abordagem hermenêutica. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 13) “A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas — ou não — são quase sempre a base do trabalho de investigação”. Logo, foi feito um mapeamento cronológico das orientações emitidas especificamente no período pandêmico de 2020 para as escolas de dois estados do Sul do Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O foco da análise desse mapeamento foi a observação do fluxo recorrente de diferentes orientações “aceitas” de forma consensual pelos professores-sujeitos, em meio à crise da saúde, iniciada em 2020 no país e que suscitou milhares de mortes no mundo.

O trabalho docente e as condições (auto) reificantes dos professores

A partir da perspectiva teórica sobre reificação do filósofo contemporâneo Axel Honneth na obra **Reificação — Um estudo de teoria do reconhecimento**, 2018, trago a discussão sobre as reconfigurações do trabalho docente em 2020, durante o período mais crítico da saúde no mundo — a pandemia da COVID-19 — no qual o modo de enfrentamento

desse vírus ainda se apresentava muito incerto por parte das autoridades da saúde, inclusive. Entretanto, nesse contexto havia o posicionamento veemente de boa parte dos governos dos estados brasileiros de manter em funcionamento as escolas públicas, através do Ensino Remoto, do mesmo modo que, em um curto espaço cronológico no qual essas orientações eram enviadas às escolas, permanecia a constante expectativa — ou ameaça — do retorno presencial e parcial das aulas.

No contexto permeado por essa posição, saliento o quanto o trabalho docente foi reconfigurado, bem como também, as condições de trabalho que impulsionaram um processo de aprofundamento da crise da docência. Essas compreensões surgiram a partir das orientações enviadas às escolas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no ano letivo de 2020 e das regulações do trabalho docente no momento de crise da humanidade neste início de século XXI. A forma como elas foram sendo implementadas e determinadas ao longo do ano levam à identificação do diagnóstico da autorreificação na docência.

Ao observar essas orientações, foram identificadas duas categorias de análise: a primeira refere-se à (in) conformidade dos professores com as orientações inéditas para o trabalho docente no momento de crise sanitária; e a segunda, à adaptação abrupta do trabalho dos professores ao mundo digital. Logo em seguida, essas categorias serão discutidas de forma mais abrangente

Honneth (2018, p. 128) aponta que a relação que estabelecemos conosco, minimizando os sentimentos e desejos, acaba mercantilizando-os de acordo com o emprego acelerado da informação. Logo, o processo de autorreificação dos professores-sujeitos na pandemia decorreu perante a ausência da práxis no trabalho, e em instituições arranjadas previamente, sucedendo um “comportamento autorreificante” desses sujeitos e sugerindo assim, outras “fontes de reificação” (HONNETH, 2018).

Honneth (2018) amplia o conceito da reificação a partir das ideias de Lukács, que associava-o apenas às coerções econômicas dos sujeitos através do viés capitalista da sociedade e traz três diferentes pontos de vista que alteram as fontes pelas quais os sujeitos incorporam comportamentos reificantes.

No primeiro, o autor aprimora a ideia generalizada de igualação dos sujeitos nos processos sociais que resultam na despersonalização dessas relações. A partir da perspectiva de que os sujeitos inseridos socialmente vivenciam diferentes processos — e no contexto pandêmico não foi diferente — surge o alerta sobre o cuidado com a normalização do anonimato dos sujeitos como pessoa humana.

No segundo, ele refere-se às causas sociais da reificação, precedidas pela existência de uma práxis determinada, e conseqüentemente, por ideologias específicas e fixadas nas relações sociais. E no decorrer do fluxo cronologicamente contínuo das orientações que foram cumpridas nas instituições de ensino como determinações, percebe-se uma práxis deficiente e emudecida no contexto do trabalho docente.

E no terceiro e último ponto de vista, Honneth (2018) traz um contraponto entre a esfera econômica e a abrangência totalizante sobre o mundo cultural, reconhecendo que as instituições emergem na sociedade com arranjos determinados, coagindo o comportamento dos sujeitos e conduzindo-os ao processo autorreificação. Entre as mantenedoras das escolas públicas e as instituições escolares houve uma omissão comunicacional para que as orientações às escolas fossem minimamente elaboradas de forma colaborativa. Ou será que ainda há essa omissão? O autor aponta que arranjos institucionais que induzem os sujeitos a repetir determinados sentimentos acabam estimulando comportamentos autorreificantes (HONNETH, 2018, p. 126 - 127), pois eles repetem a lógica das instituições de forma passiva e reverberam o diagnóstico da reificação.

Nesses três pontos de vista, a partir dos quais o autor amplia o conceito de reificação, compreendo que este diagnóstico — da reificação das outras pessoas — está primariamente interligada com a autorreificação, ou seja, “a reificação dos seres humanos projeta a partir de si mesma uma forma determinada de autorreificação” (HONNETH, 2018, p. 118).

Portanto, tendo em vista a memória sobre o prosseguimento das aulas nas escolas públicas, em meio a crise mundial da saúde, a partir de decisões enfraquecidas de outros sujeitos igualmente imersos em comportamentos reificantes, é possível apontar que o cumprimento dessas orientações pode ser compreendido como um diagnóstico de autorreificação, ou seja, os professores vivenciaram a “negação dos traços humanos” (HONNETH, 2018) submetendo-se a um regime de exigências do trabalho, com orientações determinadas de forma acelerada e repentina.

Na seção a seguir, apresento as duas categorias analíticas observadas através da pesquisa dos documentos que orientaram o trabalho docente em 2020, nos estados brasileiros referidos.

(In) conformidades no trabalho docente

Este tópico discute sobre o sentimento de (in) conformidade manifestado pelos docentes durante o ano letivo de 2020, e gerado em razão das inúmeras reconfigurações das práticas docentes em meio à crise mundial da saúde.

Diante dessas reconfigurações os professores manifestaram sentimentos de (in) conformidade com o próprio trabalho à medida que iam sendo convocados para cumprirem essas orientações. O fluxo contínuo de diferentes decretos e pareceres enviados às escolas e repassados aos professores em meio ao contexto do alto índice de mortes diárias no país, em decorrência de um vírus ainda pouco conhecido na época, gerou “um clima” de crise do trabalho docente.

O relatório técnico do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais, apontou o relato dos professores sobre o aumento das horas de trabalho em função do ensino remoto em todas etapas/subetapas da Educação Básica (GESTRADO, 2020, p.16). Esse excesso de trabalho aliado às adaptações do Ensino Remoto e a todos os recursos que essa modalidade do ensino demandou, acabou gerando o sentimento de (in) conformidade entre os professores que, assim como toda a população mundial, estavam imersos no contexto de insegurança da vida.

Nesse cenário, a “práxis determinada” (HONNETH, 2018) foi aflorando no mesmo ritmo que as diferentes orientações iam chegando nas escolas, reconfigurando o trabalho docente através de diferentes adaptações e modos (ainda) frágeis e inseguros de enfrentamento do vírus.

O modo que o trabalho docente foi se reconfigurando, opondo-se à práxis, e determinado pelo governo em curtos períodos de tempo, foi gerando a (in) conformidade dos professores diante do fluxo contínuo das orientações. No Rio Grande do Sul, uma das primeiras orientações foi a manifestação do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul através do Parecer nº 01/2020, com orientações às Instituições de ensino sobre o desenvolvimento das atividades escolares, oficializadas em junho de 2020, em meio ao reconhecimento do governo Federal do estado de calamidade pública no país, em 20 de março de 2020 através do Decreto Legislativo nº 06, de março de 2020. Logo em seguida, em 27 de abril de 2020 foi publicada a Portaria do Conselho Estadual de Educação (CEEEd) nº 20, que instituiu o modo de trabalho para a construção de documento coletivo com indicativos pedagógicos para a reabertura das instituições de ensino. No *site* da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, [SEDUC - RS](#) observei o mapeamento de outras orientações

que foram enviadas às escolas com um fluxo contínuo, intervalos de máximo um mês, de diferentes recomendações e determinações.

No Estado de Santa Catarina, o governo o Conselho Estadual de Educação anunciou em 19 de março de 2020 o Parecer nº 146, que instituiu as Medidas Orientativas às Instituições de Ensino, pertencentes ao Sistema Estadual de Educação, no período do regime especial do combate ao contágio pelo coronavírus (Covid - 19), com base no Decreto nº 515/2020 que declara situação de emergência no território catarinense. Logo, em 14 de abril de 2020, o mesmo órgão do governo enviou às instituições de ensino o Parecer nº 179, com orientações para o cumprimento da carga horária mínima anual, prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública.

No *site* oficial da Secretaria de Educação de Santa Catarina, [Secretaria de Educação de SC](#), foi possível observar o fluxo mensal de outras orientações que foram modificando, a cada mês e ao longo do ano letivo de 2020, o trabalho dos professores e gestores da educação, fortalecendo o sentimento (in) conformidade desses sujeitos. Esses sentimentos de insegurança da própria vida e de desconformidade no trabalho corroboram a atualização de Honneth (2018) sobre a reificação dos sujeitos que ficam destituídos de suas propriedades humanas (HONNETH, 2018, p. 197).

Adaptações do trabalho docente

Neste tópico trago a segunda parte das discussões da pesquisa que tratam sobre as adaptações do trabalho docente, como segunda categoria analítica da pesquisa, que foram observados no mapeamento das mesmas orientações enviadas às escolas.

Em relação à adaptação abrupta do trabalho dos professores aos recursos que possibilitaram o Ensino Remoto, como as ferramentas que permitiam reunião virtual, o envio de atividades à distância, a criação de vídeos e outras que abrangem o mundo digital, vimos, todos, que o trabalho docente foi se submetendo a algumas práticas nas quais a autoimagem dos professores foi deturpada, seguindo as “idealizações” do mundo digital. O governo de Santa Catarina em 06 de novembro de 2020, através da Portaria nº 854, manteve o Ensino Remoto. Essa modalidade de ensino já era uma realidade consolidada, entretanto, muitos professores ainda estavam se adaptando ao uso dos recursos de forma individual, inclusive utilizando computadores e celulares próprios. Além disso, a Portaria previa o apoio

pedagógico presencial, em meio ao risco iminente de contágio com o vírus. Nesse contexto, a comunicação virtual foi se tornando norma em qualquer momento da rotina dos professores (chamadas de vídeo, mensagens), e a sobrecarga de trabalho através do envio de atividades para os alunos através de material físico, plataformas digitais e redes sociais, diariamente e de forma concomitante. Desse modo, os professores não encontraram maneiras de melhorar essas dinâmicas, reverberando assim um “comportamento autorreificante”.

A oferta de ensino remoto, utilizando de meios tecnológicos pouco usuais no trabalho presencial, tem sido uma novidade e um grande desafio para a maioria dos(as) professores(as). A experiência desses profissionais com a realização de aulas remotas aumenta com o avanço das etapas da Educação Básica. Porém, o nível de dificuldade para lidar com tecnologias digitais é semelhante entre as etapas. Somente 28,9% dos respondentes afirmam possuir facilidade para o seu uso. As dificuldades são ainda maiores quando os docentes não receberam nenhuma formação para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas (GESTRADO, 2022, p. 9).

Nesse cenário de desafio aos professores em relação ao uso de alguns recursos tecnológicos inéditos, durante o Ensino Remoto em 2020, os quais não me oponho às vantagens e às dinâmicas de ensino que eles oferecem, busco enfatizar o modo como eles foram sendo normalizados na escola, em um dos momentos mais conturbados em todos os segmentos sociais, principalmente o da escola. Essa dinâmica de adaptação abrupta ao mundo digital faz jus a uma tendência contemporânea que tende a normalizar o uso “do digital” nos cenários da escola, o qual ainda caminha a passos lentos perante essa realidade, no que diz respeito aos recursos disponíveis e à formação dos profissionais.

De forma geral, vimos que “A digitalização do mundo da vida avança, implacável. Submete a uma mudança radical nossa percepção, nossa relação com o mundo, nossa convivência” (HAN, 2022, p. 25). Entretanto, o cenário escolar público vai de encontro com a digitalização do mundo, no qual professores e alunos dispõem de recursos tecnológicos ainda escassos. Esse avanço implacável e referido pelo autor apresenta os indícios, inclusive, da “sociedade do cansaço”, discutida por Han, em uma de suas obras.

Han (2017, p. 23) aponta que a sociedade contemporânea não se configura mais como uma sociedade obediente, mas sim, como uma sociedade que forma sujeitos de produção e desempenho. Esse diagnóstico muito se assemelha com a experiência vivida em 2020 pelos professores que precisaram, a qualquer custo, adaptar-se ao mundo digital.

Considerações finais

Através da análise das categorias identificadas, compreendo que o processo de (auto) reificação foi se fortalecendo à medida que os professores foram submetendo-se a esse regime de regulação do próprio trabalho em um modo de silenciamento das próprias vozes. Portanto, diante das discussões sobre o trabalho docente, desenvolvido não só no período de uma das maiores crises sanitárias do século XXI, como professora e pesquisadora, considero imprescindível que possamos resistir diante de regulações que assolam o trabalho do professor.

Referências bibliográficas

- GESTRADO/UFGM- Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais. **Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**. Relatório Técnico. Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Educação (CNTE), Belo Horizonte, jul. 2020. Disponível em https://gestrado.net.br/wpcontent/uploads/2020/08/ente_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v.03.pdf. Acesso em: 29 de mar. 2023.
- HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**; tradução de Gabriel W. Philipson. Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**; tradução de Enio Paulo Gianecchini. Petrópolis, RJ : Vozes, 2022.
- HONNETH, Axel. **Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento**, traduzido por Rúrion Melo. - São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E.. **Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife**. Revista UFG, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438>. Acesso em: 04 de mar. 2023.
- RIO GRANDE DO SUL, nº 01, 08/06/2020. PORTARIA CONJUNTA SES/SEDUC/RS <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202103/03154054-2021-orientacoes-a-rede-publica-estadual-de-educacao-do-rio-grande-do-sul-para-o-modelo-hibrido-de-ensino.pdf>. Acesso em: 05/03/2023.
- SANTA CATARINA, Nº 146, 19/03/2020. PARECER CEE/SC. <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/legislacao-58/periodo-covid-19/8635-parecer-cee-n-146-2020>. Acesso em: 04/03/2023
- SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. DE, & GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, 1(1). 2009.

Sites consultados

[Secretaria de Estado da Educação - Período do Covid-19](#)

[Secretaria da Educação RS](#)